

GABARITO SIMULADO

1

PRÉ-EDITAL
FORÇA ⚡ TAREFA



TRE

GABARITO PROVISÓRIO

1 E	2 B	3 E	4 C	5 C	6 C	7 C	8 E	9 C	10 E
11 C	12 B	13 A	14 E	15 E	16 D	17 B	18 B	19 D	20 D
21 E	22 C	23 E	24 E	25 E	26 E	27 C	28 C	29 C	30 C
31 C	32 E	33 E	34 C	35 E	36 E	37 E	38 E	39 E	40 E
41 E	42 C	43 E	44 C	45 C	46 E	47 E	48 C	49 C	50 E
51 C	52 E	53 C	54 E	55 C	56 E	57 C	58 E	59 C	60 C
61 D	62 E	63 A	64 E	65 E	66 E	67 E	68 C	69 E	70 E
71 E	72 C	73 C	74 E	75 E	76 C	77 C	78 E	79 C	80 E
81 B	82 B	83 B	84 E	85 E	86 C	87 B	88 B	89 E	90 E
91 C	92 E	93 C	94 E	95 C	96 C	97 C	98 C	99 C	100 C

GABARITO COMENTADO

PORTUGUÊS

1 - ERRADO.

Esta questão trabalha com [análise sintática](#).

Observe: "*acentua-se o movimento de desapego*".

Podemos observar que a construção se encontra na [voz passiva sintética](#), com a expressão "o movimento de desapego" atuando como [sujeito da passiva](#). Isso fica claro ao passarmos a construção para a voz passiva analítica: *O movimento de desapego é acentuado*. Sendo assim, a expressão não atua como complemento verbal. Afirmação ERRADA.

2 – LETRA C

a) [não chegarão a surgir](#).
ERRADO.

O verbo auxiliar, na construção original, está no Pretérito Perfeito do Indicativo.
O verbo auxiliar, na proposta de reescrita, está no Futuro do Presente do Indicativo.
Portanto, incorreta a alternativa.

b) [não chegaram a surgir](#).
CERTO.

O verbo "surgir" compartilha o valor semântico com o verbo "existir".
Existir é sinônimo de subsistir, viver, estar, surgir, permanecer.
Além disso, não tivemos alteração no tempo e modo verbal do auxiliar.
Portanto, correta a alternativa.

c) [não conseguiriam surgir](#).
ERRADO.

O verbo auxiliar, na construção original, está no Pretérito Perfeito do Indicativo.

O verbo auxiliar, na proposta de reescrita, está no Futuro do Pretérito do Indicativo.
Portanto, incorreta a alternativa.

d) [não almejaram a existir](#).
ERRADO.

O verbo "almejar" não compartilha o valor semântico com o verbo "chegar".
Significado de Almejar:

Desejar intensamente ou ansiar.
Portanto, incorreta a alternativa.

e) [não chegariam a existir](#).
ERRADO.

O verbo auxiliar, na construção original, está no Pretérito Perfeito do Indicativo.

O verbo auxiliar, na proposta de reescrita, está no Futuro do Pretérito do Indicativo.
Portanto, incorreta a alternativa.

3 - ERRADO.

Dentro do discurso, o pronome "nos" (além das demais formas de 1ª pessoa do plural) pode cumprir os seguintes papéis:

1) Designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito.

Ex.: Nós já nos demos conta de nossos erros e corrigi-los-emos tão logo.

2) Incluir enunciador e leitor, para aproximá-los.

Ex.: O Brasil ainda pode deixar de ser conhecido como um país corrupto se nos unirmos e usarmos bem nossa arma democrática mais preciosa: o voto.

3) Evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia

de polidez ou modéstia.

Ex.: Nós só conseguimos realizar tal feito, pois nos empenhamos com muito vigor nesse projeto.

4) Marcar um sujeito "institucional" (representado por alguma instituição).

Ex.: Nós, o BNDES, nos colocamos à disposição daqueles que querem investir em soluções realmente eficazes.

Exemplos de [função sintática](#) desempenhada pelo pronome "nos":

– *Você só nos ajuda por interesse. (objeto direto)*

– *Ofereceram-nos sociedade na empresa ontem. (objeto indireto)*

– *Os três nos eram bem próximos. (complemento nominal)*

– *Nosso time nos tirou a paciência há muito tempo. (adjunto adnominal)*

– *Não é de hoje que nos sentimos formar um ótimo casal. (sujeito)*

Analisando o excerto em que este pronome aparece, temos:

"Situações de desequilíbrio ambiental, causadas principalmente por desmatamento e mudanças de clima, aumentam ainda mais a probabilidade de que zoonoses, ou seja, doenças de origem animal, nos [atinjam](#) e [alcancem](#) o patamar de epidemias e pandemias", explica a professora. Observe, portanto, que o pronome em análise funciona como complemento objetivo direto [apenas](#) da forma verbal "atinjam".

O objeto direto que serve de complemento da forma verbal "alcancem" é "o patamar".

Portanto, incorreta a assertiva.

4- [CERTO](#).

Esta questão trabalha com [correlação verbal](#).

As formas "acentuaria" e "causaria" se encontram no [futuro do pretérito do indicativo](#), indicando uma [possibilidade](#).

Já as formas "acentuasse" e "causasse" se encontram no [pretérito imperfeito do subjuntivo](#), indicando igualmente uma [possibilidade](#).

Sendo assim, a substituição é possível, mantendo a coerência e correção gramatical. Afirmação CERTA.

5 - [CERTA](#).

A questão avalia se o candidato é capaz de transpor um verbo da [voz passiva sintética](#) para a [voz passiva analítica](#).

Vejamos como se faz essa transposição.

Façamos o [passo a passo](#), utilizando, como exemplo, a [oração a que se refere o enunciado](#) desta questão:

"Criou-se um padrão comum de atuação".

1º) Acrescenta-se o verbo ser/estar flexionado no [mesmo tempo, modo e pessoa](#) do verbo utilizado na voz passiva sintética. (Criou: foi).

2º) Remove-se a *partícula apassivadora (se)* e acrescenta-se o verbo (que foi utilizado na voz passiva sintética) no [particípio](#) (criado).

Seguindo-se esses passos, chegamos ao verbo na [voz passiva analítica](#):

"Foi criado um padrão comum de atuação".

6 - [CORRETA](#).

A questão exige conhecimentos sobre aspectos Gramaticais e Sintáticos, para aferir a reescritura. Portanto, o candidato deve conhecer a [gramática](#) em âmbito [geral](#) e também fazer análises de [sentido](#), quando houver: trocas de palavras; ou trocas nas posições das palavras. Fique atento ao que o enunciado pede: *"Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto".*

"[Vê-se sustentabilidade](#) como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, [considerando-se](#) como uma companhia opera [no ambiente ecológico, no social e no econômico](#)."

Na reescritura acima houve as seguintes mudanças:

1º - "Sustentabilidade é vista" por "[Vê-se sustentabilidade](#)" houve a passagem da voz [passiva analítica](#) para a voz [passiva sintética](#).

-> A construção da voz passiva [analítica](#) é: verbo auxiliar "ser" ou "estar" + o particípio de verbo transitivo; e

-> Já a voz sintética é: verbo transitivo na 3ª pessoa + pronome apassivador "se". (Verbo e Sujeito Concordam).

2º - "*levando-se em conta*" por "*considerando-se*" - possui similaridade em sua compreensão, visto que segundo o DICIO:

-> Considerar [significa](#): levar em conta, ter em conta, Demonstrar respeito por.

3º - "*nos ambientes ecológico, social e econômico*" por "*no ambiente ecológico, no social e no econômico*" - apenas uma outra forma de separar o período; uma colocada no plural, englobando todos os termos "nos [ambientes ecológico, social e econômico](#)"; e a outra no singular, fazendo outra separação de forma mais

individual: "no [ambiente ecológico](#), no [social](#) e no [econômico](#)".

* Nota-se que nada do que foi trocado prejudica a [gramática](#) e o [sentido](#).21:33

7 - [CERTO](#).

Voz verbal é a forma como o verbo se encontra para indicar sua relação com o sujeito.

Logo, não faz nenhum sentido dizer que há voz verbal em orações sem sujeito, diga-se de passagem.

Consoante sua forma, o verbo pode indicar uma ação praticada pelo sujeito (voz ativa), uma ação sofrida pelo sujeito (voz passiva) ou uma ação praticada e sofrida pelo sujeito (voz reflexiva).

Analisando a oração original, temos:

"Desenvolveram-se, de forma consistente, meios técnicos."

A oração encontra-se na voz passiva sintética e, passando para a voz passiva analítica teremos:

Voz passiva [sintética](#): partícula apassivadora (se).

Voz passiva [analítica](#): verbo auxiliar + particípio.

"Foram desenvolvidos, de forma consistente, meios técnicos."

Portanto, é possível a substituição sem que haja prejuízos.21:33

8 - [ERRADA](#).

A substituição da forma verbal "estaria" (Linha 4) por "estava" MODIFICARIA os sentidos originais do texto.

Dessa forma, cabe citar o trecho do texto: "A *justiça do futuro, dizia, estaria baseada em uma tecnologia chamada contratos inteligentes*".

A alteração no sentido acontece porque "estaria" é um verbo no Futuro do Pretérito, que indica hipótese, indagação, possibilidade ou ainda uma ação que poderia ter ocorrido após uma situação passada.

Lado outro, "estava" é um verbo no Pretérito Imperfeito, na qual se trata de ação contínua, mas que não foi terminada completamente ou processo que no passado era frequente.

9 - [CERTO](#).

Esta questão trabalha com os [tempos verbais do subjuntivo](#).

A forma destacada em *"mesmo que (...) seja"* representa o presente do subjuntivo e, a não ser que a conjunção "que" seja substituída pela conjunção "quando", a substituição da forma

verbal "seja" pela forma verbal "for" está incorreta.

10 – ERRADO

"[Haviam muitas pessoas](#) à espera de uma consulta."

O verbo "haver" está empregado no [sentido de "existir"](#) e, nesse caso, será [sempre empregado na terceira pessoa do singular](#).

O correto é:

"[Havia](#) muitas [pessoas](#) à espera de uma consulta".

Desse modo, ainda que o núcleo do sujeito

"muitas pessoas" esteja no plural, o verbo

"haver" deve permanecer na terceira pessoa do

singular, por estar empregado no sentido de

"existir".

Sempre verifique o sentido que o verbo "haver"

possui dentro da oração, pois ele poderá ter

outros sentidos que exigem sua flexão para o

plural. É o caso dele ser [empregado como auxiliar de verbo pessoal](#):

Ex.: Os advogados haviam impetrado habeas corpus.

Como se nota, nessa situação o verbo "haver" irá se [flexionar junto com o sujeito](#) (advogados).

Portanto, antes de qualquer julgamento da correção ou incorreção do verbo

"haver", [entenda seu sentido dentro da oração](#).

Alternativa INCORRETA e, portanto, GABARITO da questão.

11 – CORRETA

Vejamos:

*"os brinquedos haviam ficado para trás e seu principal meio de transporte era um Opel 1896".
[= ... ficaram ...]*

O verbo *haver* só é impessoal no sentido de existir ou quando se refere a tempo decorrido.

Quando funciona como verbo auxiliar, o verbo *haver* deve "adquirir" a [mesma flexão](#) que o verbo principal teria se não estivesse acompanhado pelo auxiliar.

Nesse caso, a frase apresentada na alternativa em tela está correta.

12 – LETRA B

Houve muitas acusações às famílias.

CORRETA

O verbo haver, quando tiver o mesmo sentido que existir é considerado um verbo impessoal. Em razão disso, é conjugado sempre na 3ª pessoa do singular: houve, no caso em análise, não havendo a flexão para o plural *houveram*.

Na reunião escolar haviam muitas famílias.

INCORRETA

O verbo haver, quando tiver o mesmo sentido que existir é considerado um verbo impessoal. Em razão disso, é conjugado sempre na 3ª pessoa do singular: havia, no caso em análise, não havendo a flexão para o plural *havam*.

Na competição entre família e escola não há titulares.

CORRETA

O verbo haver, quando tiver o mesmo sentido que existir é considerado um verbo impessoal. Em razão disso, é conjugado sempre na 3ª pessoa do singular: há, no caso em análise. *As famílias e o estado se houveram bem durante a reunião.*

CORRETA

Como o verbo haver não possui o mesmo sentido de existir, trata-se, neste caso, de um verbo pessoal, razão pela qual a flexão para a 3ª pessoa do plural está correta, estando a conjugação *houveram* de acordo com as normas gramaticais. *O estado e a escola já haviam se manifestado em relação às famílias.*

CORRETA

Como o verbo haver não possui o mesmo sentido de existir, trata-se, neste caso, de um verbo pessoal, razão pela qual a flexão para a 3ª pessoa do plural está correta, estando a conjugação *havam* de acordo com as normas gramaticais.22:23

13 - LETRA A

A questão exige conhecimentos sobre concordância verbal. A regra básica da concordância diz que o verbo sempre concorda em número e pessoa com o sujeito da oração.

(F) *Vende-se carros.*

Perceba que o verbo "vender" é transitivo direto, por conta disso a partícula "se" não é índice de indeterminação do sujeito, mas sim partícula de apassivação do sujeito, ou seja, faz

com que o sujeito sofra a ação verbal. "Se" ligado a verbos transitivos diretos ou bitransitivos sempre irá apassivar o sujeito. Dessa maneira, o verbo deve concordar com o sujeito : *Vendem-se carros.* (o sujeito passivo é *carros*, pois é o termo que sofre a ação verbal)

(V) *Precisa-se de secretárias.*

Não há erros de concordância na frase. Existe aqui um sujeito indeterminado. Sempre que "se" estiver acompanhado de verbos transitivos indiretos, intransitivo ou de ligação, o sujeito será indeterminado. Quem precisa, precisa DE alguma coisa. Mas quem precisa? não é possível determinar.

(F) *Faziam quinze anos que ele havia parado de estudar.*

Por regra, o verbo "fazer" com sentido de tempo transcorrido sempre será impessoal, ou seja, sempre ficará no singular. Veja: *Faz quinze anos que ele havia parado de estudar.*

(V) *Havia sérios problemas na cidade.*

O verbo "haver" no sentido de existir, ocorrer ou acontecer sempre será impessoal e o verbo ficará no singular. Dessa maneira, a assertiva está correta.

Portanto, a sequência correta é: F, V, F, V.

14 – LETRA E

repasse de informações.

ERRADO

Não existe possibilidade semântica ou gramatical de os termos estarem diretamente relacionados.

outros destaques importantes.

ERRADO

O fragmento não concorda com o verbo destacado, pois está no plural. *participação em ações conjuntas.*

ERRADO

Não existe possibilidade semântica ou gramatical de os termos estarem diretamente relacionados. *incremento da ação integrada com a Polícia Federal.*

ERRADO

Seria possível gramaticalmente que a oração introduzida pelo pronome relativo "que" se ligasse ao fragmento "incremento da ação integrada com a Polícia Federal": entre ambos há um longo fragmento isolado por vírgulas, o que poderia ser indício dessa relação.

Não há, contudo, relação semântica entre os dois trechos.

início de atividades de repressão ao comércio através da internet.

CERTO

A oração subordinada adjetiva restritiva "que se vem consolidando como um canal de facilitação dessa grave contravenção" liga-se ao termo imediatamente próximo, a oração "início de atividades de repressão ao comércio através da Internet" - mais especificamente, na verdade, ao substantivo "internet", com o qual o verbo concorda.

15 – LETRA E

Assistiu-se à cerimônia inteira.

CORRETA.

Na oração, a partícula *se* funciona como índice de indeterminação do sujeito.

Servindo para indicar que o sujeito da oração é indeterminado, acompanha um verbo transitivo indireto, um verbo intransitivo, um verbo de ligação ou um transitivo direto, em casos de objeto direto preposicionado.

ATENÇÃO: Não é possível colocar a oração na voz passiva analítica.

ATENÇÃO: Quando o *"se"* for índice de indeterminação do sujeito, o verbo ficará sempre na 3ª pessoa do singular.

Portanto, a alternativa está correta. Trata-se de um verbo intransitivo, ou seja, não necessita de nenhum complemento, por isso também atua como índice de indeterminação do sujeito e permanece no singular.

16 LETRA D

Ela foi uma das que faltou.

CERTA.

Pede-se a construção *mau feita*.

REGRA ESPECÍFICA

Caso excepcional

Com a expressão "um dos que", a preferência é pelo uso do verbo no plural, para concordar com a palavra que antecede o pronome relativo "que", apesar de que alguns estudiosos discordem disso.

A banca considerou que o certo seria "Ela foi uma das que faltaram".

17 – LETRA B

O sino deu duas horas.

CORRETA.

O verbo *dar* concorda com o sujeito da oração: O sino.

Algum de nós resolveram o problema.

INCORRETA.

O verbo *resolver* deve concordar com o sujeito: *Algum de nós*.

Mais de uma pessoa faltou.

CORRETA.

O verbo *faltou* concorda com o numeral *uma*.
Vende-se uma casa.

CORRETA.

O verbo *vende* concorda com o numeral *uma*, que faz parte do sujeito: *uma casa*.

Fazia dez anos que ele não vinha aqui.

CORRETA.

O verbo *fazer* quando exprimindo ideia de tempo decorrido se torna IMPESSOAL, não admitindo sujeito e, portanto, não se flexionando.

Apresenta-se sempre na terceira pessoa do singular.

18 – LETRA B

A maioria das pessoas faltou.

CERTO.

Temos um caso de coletivo especificado. O verbo pode concordar tanto com o núcleo do sujeito (maioria) quanto com o termo que o especifica (pessoas).

Qual de nós seremos escolhidos?

ERRADO.

Como o pronome indefinido/interrogativo está no singular, o verbo deve concordar no singular. Só haverá dupla concordância quando estiver no plural (quais).

Correção: Qual de nós será escolhido?

Hoje sou eu que faço a reunião.

CERTO.

Como temos o pronome relativo "que", o verbo concorda corretamente com o antecedente do "que": *eu*.

Morria-se de tédio naquela casa.

CERTO.

O verbo "morrer" é intransitivo e está sendo acompanhado pelo índice de indeterminação do sujeito "se". Então, o verbo permanece na 3ª pessoa do singular.

Ontem fez dez anos que ela se foi.

CERTO.

O verbo "fazer", ao indicar tempo decorrido (dez anos), é impessoal e não varia, permanecendo na 3ª pessoa do singular. Portanto, correta a alternativa.

19 – LETRA D

O radiador, a embreagem, o cârter, tudo estavam danificados.

ERRADA

Veja que "estavam" deve ficar no singular para concordar com "tudo".

Os médicos pareciam chegarem.

ERRADA

Não há possibilidade de dupla flexão. As formas corretas são: "pareciam chegar" ou "parecia chegarem".

O verbo **parecer** em locução verbal permite essas duas possibilidades, mas não permite a flexão ao mesmo tempo (pareciam chegarem).

Atenção!

A maioria faltaram.

ERRADA

O correto é: "A maioria faltou".

Trata-se de expressão partitiva. O verbo concorda com "a maioria".

Cerca de vinte pessoas andaram no calçadão.

CORRETA

Trata-se de um caso especial de concordância que indica quantidade aproximada.

Nesse caso o verbo concorda com o substantivo ao qual se refere.

Haviam sérios compromissos.

ERRADA

Verbo haver no sentido de existir **não** se flexiona.

20 - LETRA D

Os 8% de idosos representam as pessoas mais experientes da nação.

CORRETA.

A frase está correta em sua concordância verbal, e o verbo representar está na terceira pessoal do plural do presente do indicativo.

Trabalha-se muito quando jovem.

CORRETA.

Quando a frase iniciar com verbo é obrigatório o uso de ênclise.

Cada um de nós tentou valorizá-lo.

CORRETA.

A forma "lo", pode ser usada como mesóclise ou ênclise, nunca como próclise.

Mais de uma pessoa protestaram contra a decisão.

INCORRETA.

Quando se usar a expressão "mais de um", o verbo que a segue deve estar no singular.

Sou um idoso que não tenho qualidade de vida.

CORRETA.

A frase está no presente do indicativo, logo o verbo ter foi empregado no tempo correto.

GABARITO COMENTADO **INFORMÁTICA**

21 - **ERRADO.**

Pelo contrário, tantos os aplicativos nativos (desenvolvido com base no sistema operacional em que vai funcionar) quanto os aplicativos instalados pelo usuário (por exemplo, Word, Excel, etc) podem ser mostrados em **MINIATURA** quando abertos.21:48

22 - **CORRETO.**

De fato, o Pharming é um tipo específico de phishing que envolve a **REDIREÇÃO DA NAVEGAÇÃO** do usuário para sites falsos, por meio de alterações no serviço de DNS (Domain Name System).

Neste caso, quando você tenta acessar um site legítimo, o seu navegador Web é redirecionado, de forma transparente, para uma **PÁGINA FALSA**.

23 - **ERRADO.**

A questão trata a respeito de Segurança da Informação, mais especificamente a respeito de Firewall. Firewall é um software de segurança utilizado para realizar o controle de entrada e saída de pacote de dados da rede.

De fato, a utilização de um Firewall é crucial para manter íntegro o sistema, porém, a afirmativa extrapola em dois aspectos:

1. A proteção do Firewall não consegue garantir contra todas as modalidades de ataque. Nenhum sistema é impenetrável;
2. De fato é confiável, porém, não podemos afirmar que é um dos mais confiáveis que existe. Um dos motivos para isso, por exemplo, é pelo fato de que o Firewall não analisa o conteúdo de um pacote de dados, apenas verifica se o seu tráfego está ou não autorizado.

Portanto, está errada a afirmativa.

24 - **ERRADO.**

A questão trata a respeito dos tipos de malwares. Pessoal, primeiramente compreenda que Vírus é

uma espécie específica de malware, ao passo que Botnet se enquadra como um tipo de ataque. Isso já torna a questão errada.

Além disso, Botnet é o conjunto de máquinas infectadas por malwares do tipo Bot, ao passo que Adwares são tipos de malwares utilizados para exibir propagandas, não necessariamente de redes sociais.

Portanto, sabemos que está errada a afirmativa.

Referência Bibliográfica: Cartilha de Segurança para Internet (CERT.BR).

25 - ERRADO.

A questão trata a respeito das espécies de malwares, mais especificamente a respeito do rootkit.

O malware do tipo rootkit é utilizado, na verdade, para esconder vestígios de outras pragas virtuais, assegurando a efetividade de outros códigos maliciosos presentes na máquina contaminada.

Portanto, está errada a afirmativa, uma vez que esse código malicioso não tem função de apagar dados de unidades de armazenamento.

26 – ERRADO.

A questão trata a respeito do Microsoft Outlook. No MS Outlook, temos duas caixas que não podem ser confundidas. São elas:

1. Lixo eletrônico: É a caixa para onde os spam's (e-mails não solicitados) são encaminhados;

2. Itens Excluídos: É a caixa para onde os e-mails excluídos serão encaminhados.

Dessa forma, As mensagens da Caixa de Entrada do Outlook, depois de apagadas, ficam armazenadas na pasta de nome "Itens Excluídos", e não lixo eletrônico.

Portanto, está errada a afirmativa.

27 - CERTO.

A questão trata a respeito de Microsoft Word e suas ferramentas.

O Microsoft Word nos fornece opção para que um documento possa ser compartilhado e editado simultaneamente por mais de um usuário, tudo isso apenas por meio do compartilhamento do link do arquivo. Mas, para isso, o primeiro passo é salvar o arquivo na

nuvem (no OneDrive).

Em seguida, utilizaremos a opção "Compartilhar", presente no canto superior direito da barra de acesso rápido (em versões mais recentes do MS Word). Dessa forma, basta selecionar compartilhar > selecionar a restrição de edição (todas as pessoas ou apenas pessoas específicas) e compartilhar o link do documento.

Portanto, está correta a afirmativa

28 - CERTO.

A questão trata a respeito da utilização de navegadores.

De fato, quando definimos um navegador como padrão, estamos configurando-o para abrir, automaticamente, links com o navegador definido. Dessa forma, caso, por exemplo, seja definido o google chrome como padrão, ao clicar em um link, será aberto diretamente com o google chrome. O navegador padrão pode ser facilmente alterado a partir das configurações de sistema.

Concluimos, portanto, que está correta a afirmativa.

29 - CORRETO.

A questão trata a respeito do Microsoft Outlook. No MS Outlook, temos uma ferramenta de calendário, que permite criar compromissos e eventos, organizar reuniões, exibir agendamentos de grupo, entre outros, permitindo, assim, que seja enviado um email para os participantes da atividade.

Dessa forma, para criar um compromisso, basta acessar opções de calendário do Outlook (localizado no canto inferior esquerdo). Em seguida, na Guia Página Inicial do Calendário > Novo Compromisso.

Portanto, está correta a afirmativa

30 - CORRETO.

A questão trata a respeito do Pacote Office 35.

Pacote Office 365 é um pacote de aplicativos fornecidos pela Microsoft com as mais diversas funções, atendendo, de fato, tanto usuários domésticos, quanto a área corporativa/empresarial. Dentre as ferramentas, temos softwares para trabalhar com planilhas eletrônicas, apresentações, edição de textos, correio eletrônico, dentre outros.

São exemplos de aplicativos do Pacote Office

365:

1. Microsoft Word;
2. Microsoft Excel;
3. Microsoft Power Point;
4. Microsoft Outlook;
5. OneDrive, entre outros.

Portanto, está correta a afirmativa.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES **GABARITO COMENTADO**

31- CERTO.

Exatamente, a questão cobrou a literalidade do disposto no art. 237 da Lei 8.112/90.

Poderão ser instituídos os incentivos funcionais: prêmios pela apresentação de idéias; prêmios pela apresentação de inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais; concessão de medalhas; concessão de diplomas de honra ao mérito; condecoração; elogio.

Art. 237. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de ideias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

32 - ERRADO

A questão trocou os conceitos previstos no art. 238 da Lei 8.112/90.

**** Os prazos previstos na Lei serão contados em dias corridos:**

Excluindo-se o dia do começo e - Incluindo-se o do vencimento

Art. 238. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente. 11:59

33- ERRADO.

A questão encontra amparo no art. 240 da Lei 8.112/90.

Ao servidor público civil é assegurado o direito à livre associação sindical e de ser representado pelo sindicato, INCLUSIVE como substituto processual;

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.

d) (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

e) (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

34 - CERTO

A questão cobrou o conhecimento do art. 241 da Lei 8.112/90.

Pela norma, consideram-se da família do servidor:

cônjuge e filhos;

quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Equipara-se ao cônjuge:

- companheira;

--> que comprove união estável como entidade familiar

- companheiro;

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar

35 - ERRADO

Lei 9.874/99

Art. 26, § 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

36 - Errado

Lei nº 9.784

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

37 - Errado

Lei nº 9.784

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 2 Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

38 – ERRADO

O dever do administrador público de agir de forma célere e econômica se refere ao seu dever de eficiência.

O dever do administrador público de agir de forma ética e com boa-fé se refere ao seu dever de moralidade.

39 - ERRADO

DECRETO Nº 6.029,

Artigo 4º [...]

ATENÇÃO há distinção entre COMISSÃO DE ÉTICA e COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA.

A questão está errada, pois o correto é Comissão de Ética Pública

Parágrafo único. A CEP contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

40 - ERRADA.

A questão exige conhecimento sobre a conduta ética na Administração Pública.

Ao contrário do que afirma a questão, o servidor público, no exercício da sua função, DEVE levar em consideração o atendimento do interesse coletivo.

A máquina pública tem a função primordial de prestar SERVIÇOS PÚBLICOS e, para que isso ocorra, é necessário considerar o interesse público em detrimento do particular, razão que torna a questão errada

41 – ERRADA

É na sessão legislativa extraordinária que o Congresso apenas delibera sobre a matéria para a qual foi convocado.

42 – CORRETA

A estrutura bicameral estabelecida ao Poder Legislativo pela CF/88 consta expressamente no art. 44, sendo definido em sua composição a Câmara dos Deputados, cujos parlamentares (Deputados Federais) são considerados como representantes do povo e eleitos pelo sistema proporcional, com variação da quantidade populacional, com no mínimo oito e no máximo setenta Deputados (Art. 45, § 1º), cabendo aos Territórios

Federais a eleger quatro Deputados (Art. 45, § 2º). Já o Senado Federal é formado por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo eleitos três parlamentares por cada um, com mandato de oito anos (CF/88, art. 46, § 1º), cuja representação será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

43 – ERRADA

O número de Senadores não é proporcional à população. Ao contrário, o número é fixo: cada Estado e o Distrito Federal elegem 3 Senadores, para mandato de 8 anos.

44 – CERTA

É isso mesmo! O número de Deputados Federais é proporcional à população dos Estados. O número mínimo é de 8 (oito) Deputados e o número máximo de 70 (setenta) Deputados.

45 – CERTA

De fato, os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário simples.

46 – ERRADA

O art. 50, da CF/1988, estabelece como crime de responsabilidade o não comparecimento de Ministro de Estado convocado pela Câmara, Senado ou suas comissões. Contudo, ao Senado compete somente processar e julgar os crimes de responsabilidade cometido por Ministros de Estado conexos com os do Presidente da República (art. 52, I, CF). No caso de crimes de responsabilidade exclusivamente de Ministros de

Estado, a competência é do Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, "c", CF).

47 – ERRADA

No que se refere aos poderes investigatórios das CPIs municipais, não se deve admitir a mesma amplitude conferida às comissões federais e estaduais. Em face da inexistência de Poder Judiciário municipal, não podem ser atribuídos a uma CPI instaurada neste âmbito poderes de investigação próprios de autoridade judicial, sob pena ser atribuída ao Município uma competência que a Constituição não lhe outorga.

48 – CERTA

A CPI é um direito das minorias. Por isso, segundo o STF, é inconstitucional que se submeta o requerimento de instauração de CPI ao Plenário.

49 – CERTA

Segundo o art. 50, CF/88, “a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada”.

50 - ERRADA

As CPI's não podem determinar interceptação telefônica. Essa medida somente pode ser determinada pelo Poder Judiciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO
GABARITO COMENTADO

51 - CERTA.

A competência é o poder atribuído ao agente público para o desempenho específico de suas funções. Apesar da regra ser a impossibilidade de ser transferida, é possível a transferência parcial quando se tratar de delegação e avocação, nos termos art. 11, da Lei 9.784/99.

52 - ERRADA.

O silêncio pode ser considerado forma do ato administrativo, mas é errado afirmar que tem sentido interpretativo de indeferimento do pleito do particular, uma vez que também poderá caracterizar a concordância do ato.

53 - CERTA.

A assertiva reflete o que a doutrina denomina Teoria dos Poderes Implícitos, segundo a qual, uma vez estabelecidas expressamente as competências, o agente está implicitamente autorizado a utilizar os meios necessários para poder exercer essas competências. Assim, não há necessidade de norma legal explícita estabelecendo os meios para cumprimento das atribuições.

54 - Errado

Cuidado para não confundir!

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

V - permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;20:43

55 - CERTO

A questão versa acerca de aspectos gerais dos serviços públicos. Nesse contexto, a assertiva está CORRETA, pois o conceito adotado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo:

Atlas, 2014, p. 107), que é o que mais se adequa ao enunciado da questão, pois tem como serviço público toda atividade que é atribuída ao Estado, para que este exerça direta ou indiretamente (por meio de delegação), com a finalidade de satisfazer às necessidades coletivas, sob regime jurídico público ou parcialmente público.

Vejamos:

Daí a nossa definição de serviço público como toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.

56 - Errado

As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre

si.

As esferas cíveis, penais e administrativas são independentes.

57 – CERTO

A questão trata dos serviços públicos. Os serviços públicos são classificados em serviços sociais e serviços econômicos.

Para José dos Santos Carvalho Filho, “serviços sociais são os que o Estado executa para atender aos reclamos sociais básicos e representam ou uma atividade propiciadora de comodidade relevante, ou serviços assistenciais e protetivos” (CARVALHO FILHO. J. S. Manual de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 337).

Ainda segundo José dos Santos Carvalho Filho, “os serviços econômicos são aqueles que, embora classificados como serviços públicos, rendem ensejo a que o prestador aufera lucros oriundos de sua execução, tendo esse tipo de atividade fisionomia similar à daquelas de caráter tipicamente empresarial” (CARVALHO FILHO. J. S. Manual de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 337).

Vemos, então, que é correta a afirmativa, dado que reproduz corretamente o conceito de serviços públicos econômicos de José dos Santos Carvalho Filho.

58 - ERRADO

"A orientação do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a Taxa de Iluminação Pública é inconstitucional, uma vez que seu fato gerador tem caráter inespecífico e indivisível." (AI 479587 AgR, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgamento em 3.3.2009, DJe de 20.3.2009). "Segundo o STF, as taxas de iluminação pública e de limpeza pública se referem a atividades estatais que se traduzem em prestação de utilidades inespecíficas, indivisíveis e insuscetíveis de serem vinculadas a determinado contribuinte, não podendo ser custeadas senão por meio do produto da arrecadação dos impostos gerais." (AI 463910 AgR, Relator Ministro Ayres Britto, Primeira Turma, julgamento em 20.6.2006, DJ de 8.9.2006)

59 - Certo

O princípio da continuidade do serviço público, em decorrência do qual o serviço não pode parar, tem como uma de suas consequências a aplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e permitir a continuação do serviço.

60 - Certo

A caducidade é a extinção do contrato em decorrência da **inexecução total ou parcial** do contrato. Caducidade (Culpa da concessionária) **ATENÇÃO**

Caducidade do serviço público - Ocorre quando o concessionário descumpre o contrato;
Caducidade do ato administrativo - Ocorre quando nova lei torna o ato anterior inválido.

DIREITO ELEITORAL GABARITO COMENTADO

61 – LETRA D

A questão exigia o conhecimento dos seguintes temas ligados ao Direito Constitucional, e, em certa medida, ao Direito Eleitoral: soberania popular, democracia e pluralismo político. Desse modo, dentre as alternativas, cabia a nós identificar qual das alternativas traz corretamente o modelo ao qual se relacionam esses instrumentos de exercício da soberania popular.

ITEM: *do pluralismo político.*

INCORRETA.

O pluralismo político está previsto no art. 1º, inc. V, CF/88, e não se relaciona diretamente, tampouco constitui-se em modelo para, com o exercício soberania popular:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...]

V - o pluralismo político.

ITEM: *da democracia indireta.*

INCORRETA.

O exercício da soberania popular pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, pela iniciativa popular, pelo referendo e pelo plebiscito traduz-se no modelo de democracia semidireta ou participativa.

Por outro lado, a democracia indireta, também chamada de representativa, consiste na substituição total da vontade popular pela dos representantes escolhidos pelo povo.

ITEM: *da democracia direta*.

INCORRETA.

O exercício da soberania popular pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, pela iniciativa popular, pelo referendo e pelo plebiscito traduz-se no modelo de democracia semidireta ou participativa.

Por outro lado, a democracia direta, consiste no fato de o próprio povo, sem escolher/eleger representantes, exercer o poder soberano e, por "suas próprias mãos", governar o país.

ITEM: *da democracia semidireta*.

CORRETA.

O exercício da soberania popular pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, pela iniciativa popular, pelo referendo e pelo plebiscito traduz-se no modelo de democracia semidireta ou participativa.

ITEM: *do veto popular*.

INCORRETA.

O exercício da soberania popular pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, pela iniciativa popular, pelo referendo e pelo plebiscito traduz-se no modelo de democracia semidireta ou participativa. Por outro lado, o prof. Pedro Lenza aponta o veto popular como sendo o "*instrumento pelo qual o povo poderia vetar projetos de lei, podendo arquivá-los, mesmo contra a vontade do Parlamento*".

62 - ERRADA.

Segundo a CF/88, artigo 14, § 10, o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação.

63 – LETRA A

A questão cobra conhecimento sobre PRINCÍPIOS ELEITORAIS:

Para responder a questão o aluno precisa saber os seguintes princípios:

ITEM: *vedação da restrição de direitos políticos*.

A - CORRETA.

O Princípio da vedação da restrição de direitos políticos sustenta a ideia de que, na dúvida, deve sempre o juiz priorizar a não restrição de direitos políticos. Esse princípio é também conhecido

como princípio do *in dubio pro voto*, em comparação com o princípio penal do *in dubio pro reo*, e vem disciplinado no art. 219 da Lei 4737/65:

Art. 219. Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo.

ITEM: *democracia partidária*.

B - INCORRETA.

O PRINCÍPIO DA DEMOCRACIA

PARTIDÁRIA determina que os partidos políticos são representantes da vontade do povo e por conta disso têm suma importância para efetivação da democracia.

Art. 1º, Parágrafo Único da Carta Magna: "*toda poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*"

ITEM: *responsabilidade solidária*.

C - INCORRETA.

O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

SOLIDÁRIA determina que o partido político e o candidato são solidariamente responsáveis pelas despesas contraídas em razão de campanha eleitoral.

ITEM: *periodicidade da investidura*.

D - INCORRETA.

PRINCÍPIO DA PERIODICIDADE DA INVESTIDURA:

O princípio da periodicidade da investidura dos Juízes está inscrito no art. 121, § 2º da CF/1988:

Art. 121. (...) § 2º Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos

escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria. Terminado o mandato os juízes poderão ser reconduzidos para um único mandato subsequente, logo após deverão deixar a Justiça Eleitoral.

ITEM: *celeridade da justiça eleitoral*.

E - INCORRETA.

PRINCÍPIO DA CELERIDADE ELEITORAL

O princípio da celeridade dispõe que as decisões eleitorais devem ocorrer de maneira ágil. O Código Eleitoral, em seu artigo 257, serve como norte da interpretação desse princípio. O texto do artigo 257 da lei 4737/65 diz:

"A execução de qualquer acórdão será feita imediatamente, através de comunicação por ofício, telegrama, ou, em casos especiais, a

critério do Presidente do Tribunal, através de cópia do acórdão."

64 - ERRADA

O Tribunal Superior Eleitoral expede resoluções no exercício da sua função regulamentar, que não pode criar direitos e obrigações, em razão do Princípio da Legalidade. Nesse sentido, as resoluções servem para dar fiel cumprimento à lei, concretizar o seu comando.

65 – ERRADA

A Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições) proíbe expressamente a aplicação da Ação Civil Pública em matéria eleitoral. Confira:

Art. 105-A. Em matéria eleitoral, não são aplicáveis os procedimentos previstos na Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985.

Obs: a Lei da ACP é a Lei 7.347/85.

66 - ERRADA

Não há o exercício da *função jurisdicional*, pois o Tribunal não está julgando casos concretos, não se trata de sentença ou acórdão. Ocorre, na verdade, o exercício da função regulamentar (resoluções) e da função consultiva (consultas).

67 - ERRADO.

O art.14 da CRFB/88 dispõe sobre as formas de exercício da soberania popular:

"Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular."

São formas de exercício da soberania popular o direito de sufrágio ativo (direito de votar) e o passivo (direito de ser votado), a iniciativa popular, a ação popular e a organização e participação em partidos políticos.

Os direitos políticos são aqueles que garantem a participação do povo no processo de condução da vida política nacional.

Os direitos políticos são a base do regime democrático. A expressão ampla refere-se ao direito de participar no processo político como um todo, ao direito ao sufrágio universal e também ao voto periódico, livre, direto, secreto e

igual, à autonomia de organização do sistema partidário e a igualdade de oportunidade dos partidos.

Essa participação do cidadão na vida pública pode ocorrer de três formas distintas:

a) DIRETAMENTE, através da democracia direta, onde o cidadão vai exercer os poderes políticos e conduzir seu país por si, sem intermediários ou representantes;

b) INDIRETAMENTE, na democracia representativa, onde o cidadão se faz representar, elegendo representantes para , em seu nome, exercer o poder soberano; e

c) MISTO, na democracia semidireta ou participativa, onde o poder será exercido tanto diretamente como por meio de representantes.

68 - CERTO.

Na propaganda para eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação (Art. 6º, § 2º da Lei das Eleições). Porém, a Emenda Constitucional nº 97 de 2017 tornou proibida a formação de coligação nas eleições proporcionais (Art. 17, § 1º, da CF/88)

Nos termos do Art. 6º, § 1º, da Lei das Eleições, "*a coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários*".

Ademais, a denominação da coligação não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político (Art. 6º, § 1º - A, da Lei das Eleições)

69 - ERRADO.

A eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, obedecerá ao princípio da representação proporcional (são computados para o partido político)

Já as eleições para o Senado Federal, obedecerá ao sistema majoritário (são computados para o candidato)

70 - ERRADO.

A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, não alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação (Art. 6º, § 5º. da Lei das Eleições).

ARQUIVOLOGIA
GABARITO COMENTADO

71 – ERRADO

O SUPORTE documental é importante para definir a forma de conservação mais adequada.
Tipo documental = espécie + atividade ou função.
Ex.: certidão (espécie) de nascimento (atividade)

72 – CERTO

Espécie Documental: Relatório
Tipo Documental: Relatório Técnico de Perícia

73 – CERTO

Noções de Preservação

Fatores de deterioração

Os suportes modernos apresentam, desde a sua produção, fatores intrínsecos de deterioração, pois existe pouco cuidado com a sua durabilidade. O papel moderno, por exemplo, é ácido e frágil, um disquete dura poucos anos e uma fotografia colorida perde rapidamente suas cores. Existem também fatores extrínsecos que, isolados ou conjugados, ocasionam a deterioração dos documentos, qualquer que seja o seu suporte.

São fatores extrínsecos:

- *umidade e temperatura;*
- *radiações luminosas;*
- *poeira e poluição atmosférica;*
- *ataques biológicos (insetos e microorganismos);*
- *catástrofes (enchentes, incêndios);*
- *manuseio e acondicionamento inadequados.*

A deterioração dos documentos pode ser controlada ou amenizada com a adoção de medidas preventivas, capaz de prolongar a vida dos documentos e garantir o acesso às informações que eles contêm

74 - Errado.

O mais adequado seria para arquivos correntes **a PASTA SUSPensa.**
Complementando...

Acondicionamento -----> Refere-se à **EMBALAGEM.**

Armazenamento -----> Refere-se ao **LOCAL.**

75 - Errado.

Refere-se à **GUARDA PERMANENTE OU À ELIMINAÇÃO.**

76 – CERTO

O ano é a unidade de medida de tempo no arquivo intermediário constante da tabela de temporalidade. A tabela de temporalidade determina o tempo que documentos considerados históricos devem permanecer guardados. A classificação é uma função arquivística que deve ser aplicada antes da tabela de temporalidade.

77 – CERTO

Classificação → Ordenação → Arquivamento

78 – ERRADO

Classificação é um processo intelectual NÃO engessado.

Os documentos de arquivo podem ser classificados em diferentes categorias, de acordo com suas características. Baseando-se nelas, podemos classificá-los quanto ao:
gênero,
espécie/ tipologia documental,
natureza do assunto,
forma e formato.

79 – CERTO

PRIMEIRO - CLASSIFICA
DEPOIS - APLICA

80 – ERRADO

É preciso separar o documento oficial do documento particular.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
GABARITO COMENTADO

81 - LETRA B

Art. 2, paragrafo 1, do Estatuto da PCD:

A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará (...)

Biopsicossocial = é uma abordagem multidisciplinar que compreende as dimensões biológica, psicológica e social de um indivíduo: ou seja, é uma abordagem mais ampla que as outras.

82 – letra B

De acordo com o disposto na Lei 13.146/2015

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

83 – LETRA B

Art. 3º, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - **acessibilidade**: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

84 - Errado

Art. 3º (...)

IX - pessoa com **mobilidade** reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

85 – letra E

Previsão do Art. 3º, inciso XII, da Lei nº. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

[...]XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração,

assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Obs: Sobre o acompanhante, a previsão consta no inciso XIV.XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

86 – LETRA C

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IV - **barreiras**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros

Quanto às espécies de barreiras, **cuidado** para não confundir **barreiras arquitetônicas** com **urbanísticas**.

87 – letra B

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

BIZU BARREIRA **URBANÍSTICA** - VIAS/**RUAS**

BARREIRA ARQUITETÔNICA - EDIFÍCIOS(Quem tem **teto** ? Edifícios)

88 – LETRA B

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender

aos **princípios do desenho universal**, tendo como referência as normas de acessibilidade.

1º O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.

2º Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável.

{Obs (definições): Lei Federal 13.143 / 2015 - Art.

3º II (desenho universal) [Lei Federal 10.098 / 2000 - Art. 2º X idêntico] e VI (adaptação razoável)}

89 - ERRADO

A avaliação biopsicossocial da deficiência é ~~obrigatória~~ e envolve fatores ~~econômicos~~, pessoais, sociais e psicológicos da pessoa avaliada.

Segundo a Lei nº 13.146/2015:

Art. 2º, 1º A avaliação da deficiência, **quando necessária**, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

90 - ERRADO

Segundo a Lei nº 13.146/2015:

Art. 3º, IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

RACIOCÍNIO LÓGICO GABARITO COMENTADO

91 – CERTO

Proposição pois pode ser valorada.

92 - Errado

P: “Se Marcos figura no quadro de associados e está com os pagamentos em dia, então ele tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.”

Equivalência:

1 - Volta negando:

“Se Marcos não tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio, então ele não figura no quadro de associados ou não está com os pagamentos em dia.

2 - Nega o 1º componente; Mantém o 2º e troca o conectivo por "ou":

“Marcos não figura no quadro de associados ou não está com os pagamentos em dia OU ele tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.”

93 - CERTO

Independentemente de Marcos ter ou não o direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio, a proposição será SEMPRE verdadeira. Logo, mesmo a proposição sendo verdadeira, não poderemos afirmar que Marcos terá direito ou não a receber os benefícios. Ele poderá ter ou não, sendo que a proposição será verdadeira sempre.

Por que isso? Simplesmente é uma das regras do condicional, uma vez que a proposição somente será falsa se o antecedente for Verdadeiro e o consequente for Falso:

$V \rightarrow F = F$

$F \rightarrow F = V$

$F \rightarrow V = V$

$V \rightarrow V = V$

Parece difícil no começo, mas só no começo!

94 - Errado

Resumindo...

A questão estava quase perfeita, mas pecou no final ...

P: “Se Marcos figura no quadro de associados e está com os pagamentos em dia, então ele tem direito a receber os benefícios providos pela associação de moradores de seu condomínio.”

Se Marcos não tem direito a receber os benefícios providos pela associação de

moradores de seu condomínio, então, necessariamente, ele não figura no quadro de associados OU NÃO está com os pagamentos em dia.

95 - Certo

A negação de um Se... Então é a regra do MANÉ

MAntém a primeira parte E NEga a segunda parte

Q: “Marcos não figura no quadro de associados, mas ele está com os pagamentos em dia.”

Q: $\sim A \wedge B$

“Se Marcos está com os pagamentos em dia, então ele figura no quadro de associados.”

$B \rightarrow A$

96 – CERTO

$P(A/B) = P(A \cap B) / P(B)$ (Fórmula)

$1/3 = P(A \cap B) / P(B)$

multiplica em cruz

$P(B) = 3 \cdot P(A \cap B)$

.....

$P(B/A) = P(A \cap B) / P(A)$ (Fórmula)

$0,5 = P(A \cap B) / P(A)$

$1/2 = P(A \cap B) / P(A)$

multiplica em cruz

$P(A) = 2 \cdot P(A \cap B)$

Como $P(B) = 3 \cdot P(A \cap B)$ e $P(A) = 2 \cdot P(A \cap B)$

Então $P(B) > P(A)$

97 – CERTO

Para negar uma condicional utilizamos a regra do MANÉ. Ou seja, MAntemos a primeira parte e NEgamos a segunda. Vamos lá:

“Se Ana é professora então ou Pedro é médico ou Roberto é enfermeiro”

Ana é professora E Pedro NÃO é médico E

Roberto NÃO é enfermeiro.

98 - Certo

Dada a sentença: “Carlos pagará o imposto ou Ana não comprará a casa.”

É importante ressaltar que o conectivo "ou" só será falso quando tudo for falso!

Assim, pode-se afirmar que

"Carlos pagará o imposto" é falso", logo ele não pagará o imposto.

e "Ana não comprará a casa " é falso, logo ela comprará a casa.

99 - Certo

Dada a sentença: “Carlos pagará o imposto ou Ana não comprará a casa.”

É importante ressaltar que o conectivo "ou" só será falso quando tudo for falso!

Assim, pode-se afirmar que

"Carlos pagará o imposto" é falso", logo ele não pagará o imposto.

e "Ana não comprará a casa " é falso, logo ela comprará a casa.

100 – CERTO

Equivalência do SE...ENTÃO:

1º Opção: Mantém o se...então, inverte e nega as proposições. MACETE: TROCA DEPOIS NEGA

2º Opção: Muda o se..então para OU, nega a primeira proposição e mantém a segunda.